



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

ENSINO SUPERIOR: UMA PROPOSTA NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Thaís Monteiro de Meneses¹, Andréa Carla Lima Coelho² (Orientadora), Antúlio de Oliveira³,
Cláudia Accioly de Seixas⁴

Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade dos Guararapes

2 Mestra em Ciências da Linguagem pela UNICAP, Professora da Faculdade dos Guararapes e Coordenadora do Núcleo de
Acessibilidade-FG

Email: aclc@faculdadeguararapes.edu.br

3 Msc. em Ciência da Computação e Professor Adjunto da Faculdade dos Guararapes.

4 Graduada em Educação Artística e Pedagogia com especialização em Metodologia do Ensino da Artes e Psicopedagogia Clínica e
Institucional.

RESUMO: A demanda por serviços educacionais que visem o atendimento de pessoas com deficiências é progressiva tanto no âmbito nacional, estadual e municipal. A Universidade deve, como instituição promotora de formação científica e cidadã, incentivar e promover a inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior. Neste sentido, utilizando-se como base uma pesquisa realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade dos Guararapes (FG), instituição situada na região metropolitana do Recife, este trabalho busca, a partir de um processo metodológico de caráter descritivo e quantitativo de dados, discutir acerca do trabalho do seu Núcleo de Acessibilidade com a oferta do atendimento educacional especializado na Instituição de Ensino Superior. Por fim, o trabalho ressalta a importância da participação de profissionais habilitados para o exercício de atendimento educacional especializado como meio de promover o desenvolvimento e a inclusão de pessoas com deficiência no processo de formação educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Atendimento Educacional Especializado; Instituição Privada de Ensino Superior; Educação Inclusiva.

INTRODUÇÃO

A proposta de inclusão escolar vem se constituindo nas últimas décadas como política prioritária na educação brasileira. O discurso a favor da educação para todos se consolidou nos anos de 1990 influenciado por diretrizes internacionais. Dentre elas, destaca-se a Declaração de Salamanca considerada um marco para a Educação Especial (UNESCO, 1994). Os seus princípios, entre outros documentos, foram incorporados em parte na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) que dedicou um capítulo a Educação Especial prevendo pela primeira vez a existência de Atendimento Educacional Especializado na escola regular (PLETSCH, 2012).



Em termos legais, cabe mencionar as mudanças recentes que tem exigido transformações nas redes de ensino para atender as diretrizes em vigor a partir de 2008 com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e as Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica, modalidade Educação Especial (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009). Tais documentos, amplamente analisados por Kassar (2012) e Souza (2013), entre outros aspectos, evidenciam que a inclusão deve se dar em todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. Outra indicação se refere ao suporte para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que deve ocorrer prioritariamente em salas de recursos multifuncionais por meio das propostas, como complemento e suplemento ao ensino comum e não como espaços substitutivos de escolarização, conforme historicamente ocorreu e ainda ocorre em escolas especiais e nas classes especiais (BRASIL, 2008; 1999).

As leis criadas foram de suma importância para o desenvolvimento da educação inclusiva, dessa forma, vieram o incentivo e o fortalecimento da inclusão de pessoas com deficiência. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) atua nas atividades e recursos pedagógicos orientando no desenvolvimento da pessoa com deficiência, para que esta tenha autonomia na sociedade. Dessa maneira, a proposta educacional do AEE não é transmitir os conteúdos das disciplinas em sala de aula e sim, orientar os envolvidos nas atividades para que haja aprimoramento dos conteúdos vivenciados.

A partir do avanço da Educação Inclusiva, a busca pelo Ensino Superior por pessoas com deficiência se tornou mais intensiva, e com o aumento das matrículas nas Instituições de Ensino Superior, de uma forma geral, o Ministério da Educação – MEC, em conjunto às Secretarias de Ensino Superior – SESU, e de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, com bases nos Decretos nº 5.296/2004 e nº 5.626/2005 criou o *Programa Incluir*. Neste decreto, se instaurou a formalização do Núcleo de Acessibilidade Institucional (NAI), com o objetivo de acolher as pessoas com deficiência dentro das Instituições de Ensino.

O Núcleo de Acessibilidade Institucional (NAI) visa eliminar os obstáculos para garantir o aprendizado e o desenvolvimento cognitivo das pessoas com deficiência. As ações que buscam minimizar as barreiras são definidas como: arquitetônicas – adaptações no ambiente que ajude no acesso e na locomoção dos estudantes com deficiência nas dependências da instituição; comunicativa – disponibilizar no ambiente acadêmico recursos para áudio-descrição ou para leitura de mundo bem como as tecnologias assistivas existentes como, por exemplo, o dispositivo Ledor de



Braille, Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, sendo facilitadores no processo de ensino-aprendizagens; pedagógicas – as dificuldades encontradas, principalmente, pelo estudante; e por último, as barreiras atitudinais que têm como finalidade de orientar, para evitar ações de preconceito e discriminação.

Este artigo tem como objetivo geral compreender as características do exercício do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em uma unidade de Ensino Superior, utilizando como referência os dados obtidos em uma pesquisa interna realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade dos Guararapes (FG), e como objetivos específicos, realizar uma análise dos perfis dos entrevistados conforme sua faixa etária e faixa salarial, buscando-se compreender as necessidades dos estudantes quanto ao tipo de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Por fim, procura-se investigar a percepção em todos os entrevistados se há o conhecimento a respeito da existência do Núcleo de Acessibilidade na FG e se há percepção de falhas nas barreiras arquitetônicas, comunicativas, atitudinais e pedagógicas na Instituição.

METODOLOGIA

Este estudo tem caráter transversal, pois realizou observações sobre uma parcela de estudantes matriculados (amostra) em uma Instituição Privada de Ensino Superior, com fundamentação teórica baseada na modalidade de pesquisa bibliográfica. Segundo Ruiz (2014) esse tipo de pesquisa é desenvolvido por meio da análise das referências de autores, conhecidos ou anônimos, disponíveis acerca do tema que possuem a mesma linha de pensamento. O método utilizado foi o quantitativo que, para Richardson (1999) trata-se da quantificação por meio de coleta de informações bem como o seu tratamento com técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual às mais complexas como coeficiente de correlação.

Foi utilizado como material de observação uma pesquisa interna realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) sob a forma de questionário. De acordo com Marconi e Lakatos (1999) o questionário é um instrumento científico que possui um conjunto de perguntas pré-elaboradas a fim de atender aos objetivos propostos. Porém, deve haver o cuidado com a linguagem empregada, de forma que, não hajam outras interpretações (Cervo et al.,2007). Segundo Oliveira (1997) os questionários possuem as seguintes características: são a espinha dorsal em qualquer levantamento, e devem reunir todas as informações necessárias ao estudo e possuírem uma linguagem adequada.

Para a construção deste artigo, utilizou-se os dados de um questionário eletrônico lançado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) para os estudantes da Faculdade Guararapes através do



acesso ao seu *site* pelos alunos. O questionário foi composto de 7(sete) perguntas fechadas, aplicado no período de 20 dias entre 20/09/2015 a 03/10/2015. A Faculdade Guararapes (FG) possui, aproximadamente, 12 mil estudantes matriculados, e, durante esse período, responderam o questionário um total de 5.636 estudantes.

Inicialmente, buscou-se identificar o tipo de perfil dos entrevistados dentro de sua faixa etária e salarial. Logo após, o questionário teve o seu enfoque voltado à necessidade e ao tipo de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que o estudante deseja ter. Foi questionado também sobre o conhecimento a respeito do conhecimento da existência do Núcleo de Acessibilidade e se era percebido falhas nas barreiras arquitetônicas (infraestrutura), comunicativas, atitudinais e pedagógicas na Instituição. Para análise dos resultados, utilizou-se gráficos, figuras e busca ativa de literatura disponível sobre o tema.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na sequência encontra-se descrito a fundamentação teórica baseada no estudo bibliográfico que norteou a realização da pesquisa, seguida de uma descrição da estrutura atual e dos serviços ofertados pelo núcleo de acessibilidade da Faculdade Guararapes e finalmente é apresentado o estudo de caso investigativo realizado com os dados provenientes do questionário eletrônico aplicado pela CPA para os estudantes sobre as questões da acessibilidade na instituição.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA – PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

De acordo com Bridi (2006) toda a história da Educação especial tem passado por diversas modificações que podem ser encontradas, tanto nas teorias quanto na prática social e educacional, a fim de que se cumpram os direitos de todos os cidadãos

Sasaki (1997) define inclusão como um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais, pessoas com deficiência. Tendo por base a evolução do conceito da inclusão, foram criadas leis voltadas à educação para pessoas com deficiência, dentre as quais, estão: artigos dentro da Constituição Federal; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Convenção da ONU sobre o direito das pessoas com deficiência e a mais recente a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência criada em 06 de julho de 2015.

A Instituição de ensino superior deve preocupar-se em construir um projeto pedagógico que institucionalize o Atendimento Educacional Especializado (AEE), bem como a diversidade de serviços e possibilidade de adaptações necessárias no atendimento e que garanta seu acesso à matriz



curricular com condições de igualdade, favorecendo o exercício de sua autonomia. Dentro do projeto, deve-se também elaborar planos de AEE, na organização de tecnologia para assistência, dos recursos e serviços da acessibilidade. A utilização das práticas pedagógicas inclusivas com docentes habilitados e ajuda dos profissionais de apoio devem fazer parte de um AEE satisfatório aos estudantes universitários com necessidades educativas especiais que procuram pelo serviço (LEI BRASILEIRA DA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2015).

O Decreto nº 7.611, de 17 de Novembro de 2011 dispõe sobre a Educação Especial e o serviço do Atendimento Educacional Especializado (AEE), é voltado para os estudantes com algum tipo de deficiência. Deficiências que podem ser definidos como físico, auditivo, visual, mental e múltiplo; transtornos ou altas habilidades.

O principal objetivo do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é garantir o acesso de pessoas deficientes dentro das instituições de Ensino Superior, faz-se necessário uma avaliação inicial de suas limitações, pelos profissionais habilitados para, posteriormente, a realização de acompanhamento. É importante frisar que estes não executarão atividades específicas de recursos multifuncionais, mas, apesar deste fato, irão ter o papel de facilitadores que auxiliam o processo de ensino-aprendizagens e no convívio social dentro da instituição de ensino. Dessa forma, este serviço é ofertado gratuitamente para a melhoria na formação do estudante, a fim de que o mesmo se torne autônomo dentro e fora dela (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008).

A partir do *Programa Incluir*, criado pelo Ministério da Educação em conjunto com outros órgãos, a formalização e consolidação dos Núcleos de Acessibilidade dentro das Universidades da Rede Pública e Particular tornou-se viável.

É responsabilidade do Núcleo de Acessibilidade Institucional (NAI), ofertar toda assistência e suporte ao estudante com deficiência, por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), mas é necessário que o mesmo solicite o serviço. Garantir que as barreiras ao acesso das pessoas com deficiência sejam eliminadas é o trabalho do NAI.

De acordo com Sasaki (2011), desde o surgimento das primeiras escolas inclusivas por volta de 1994, a Educação Inclusiva é considerada parte de uma vitória, visto que as barreiras existentes foram em parte diluídas. Infelizmente, é possível encontrar, em todas as regiões do Brasil, políticas de governo e gestores educacionais que não realizam ações de implantação da inclusão dentro das suas instituições de ensino.

Para minimizar as barreiras é extremamente fundamental que tenham novas práticas pedagógicas e administrativas. Para tal, é necessário pensar em alguns aspectos: singularidade –



saber que cada estudante tem a sua particularidade; inteligências múltiplas – o professor deve sempre estimular os seus estudantes, favorecendo sempre momentos de socialização e construção do conhecimento; estilo de aprendizagem – em seu planejamento, o professor deve levar em consideração a deficiência, ao fazer adequações que facilitem o aprendizado do estudante; avaliação de aprendizagem – o professor deve avaliar o estudante de forma contínua, visando a sua inclusão; e, coerência – a instituição de ensino completa deve abraçar a inclusão, para isso, faz-se necessário a formação com temáticas específicas sobre as deficiências.

As barreiras pedagógicas estão inteiramente ligadas ao processo de ensino-aprendizagens, desde a formação do professor para receber estudantes com deficiência em sua sala de aula e a dificuldade do estudante em acompanhar o ritmo das aulas ministradas pelo professor (GIL, 2006).

Carvalho (2004) define que, devido ao recente conceito de inclusão, muitos profissionais da educação com mais tempo de profissão não foram preparados para este processo nas suas formações acadêmicas. Então, por não possuir bastante conhecimento a respeito, muitos deles resistem em trabalhar com turmas em que há pessoas com deficiência. Entretanto, há aqueles que aceitam o desafio e conseguem realizar trabalhos muito interessantes relacionados a estes indivíduos.

As barreiras arquitetônicas se relacionam com a estrutura física da Instituição do Ensino Superior. Não é apenas identificar se o local está adequado para receber esse público, mas também se há obstáculos que impeçam a locomoção de pessoas com deficiência (GIL, 2006).

As barreiras de comunicação são aquelas que o estudante ao se comunicar necessite do auxílio de um intérprete, seja na Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS ou para o Braille.

Segundo Amaral (1998), as barreiras atitudinais estão interligadas à visão desfavorável de terceiros em relação às pessoas com deficiência. E, a partir desse tipo de barreira, irão surgir os preconceitos. Para Gil (2006), a principal barreira enfrentada pela pessoa com deficiência é o preconceito, a discriminação e os ambientes que não possuem acessibilidade, já que foram criados a partir de uma concepção que idealiza a pessoa perfeita, em desconsideração com aquela que tem deficiência.

Outros exemplos para barreiras atitudinais são: a ignorância no que diz respeito à falta de conhecimento sobre a deficiência; o medo para o professor no sentido de receber em sua sala algum estudante com deficiência ou vice-versa; a percepção de menos-valia na realização das atividades, chegando a acreditar que o estudante não alcançará o objetivo; a inferioridade quando faz-se comparações com os demais estudantes sem deficiência; a piedade no momento em que o trata como “coitadinho” ou quando faz elogios de maneira exagerada, como se a maneira de viver com o



grupo e o ambiente fosse inusitada; acreditar que a deficiência lhe causará outros problemas relacionados a saúde e aprendizagens.

O NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE GUARARAPES (NAG)

Este trabalho vem pontuar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) do Núcleo de Acessibilidade Institucional da Faculdade dos Guararapes (NAG), localizada em Jaboatão dos Guararapes em Pernambuco, pioneira na prestação de serviços educacionais inclusivos. O principal objetivo do NAG é de se tornar uma referência em Educação Inclusiva, tendo a consciência do seu papel dentro da Instituição. A partir desse objetivo, o NAG propõe um trabalho de maneira eficiente para garantir o acesso de novos estudantes com deficiência, assegurando-os as condições plenas na participação e aprendizagens na vida acadêmica tanto de estudantes veteranos e novatos. Para isso, realizam as seguintes atividades: Quebra de barreiras arquitetônicas, pedagógicas, mobiliárias e atitudinais; assegurar o AEE para estudantes com deficiência; criação de ações visando à inclusão; promoção de eventos para sensibilização para práticas inclusivas; assessoria aos diversos setores nas atividades inclusivas; divulgação dos pressupostos legais e teóricos da inclusão; estimular a prática da extensão e da pesquisa.

Os serviços ofertados do Atendimento Educacional Especializado (AEE), pelo Núcleo de Acessibilidade Guararapes (NAG), são: o ensino do Sistema Braille – utilização de recursos para que o estudante se aproprie desse sistema tátil de leitura e escrita; estratégias para autonomia no ambiente escolar – realização de atividades com apoio de tecnologia assistiva que visa autonomia, independência e segurança dos estudantes; ensino do uso de recursos ópticos e não ópticos – estratégias de acessibilidade em atividades voltadas à leitura e escrita com o uso de lupas manuais, lentes específicas e outros como exemplo de recursos ópticos.

Já os recursos não ópticos são aqueles que favorecem o funcionamento visual como, por exemplo, caneta de escrita grossa, cadernos de pauta ampliada; estratégias para o desenvolvimento de processos mentais – são voltadas a todos os campos de conhecimento, e favorecem maiores momentos de interação entre os estudantes; técnicas de orientação e mobilidade – proporciona o conhecimento de diferentes espaços e ambientes que visem a locomoção com segurança e autonomia;

Outro aspecto é o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a utilização de recursos e estratégias pedagógicas que possibilitem a aquisição das estruturas gramaticais e dos aspectos que



são características dessa língua; uso da comunicação alternativa e aumentativa, que se trata da utilização de cartões de comunicação, vocalizadores, dentre outros, desde que sirva como ferramenta para voz; estratégias para enriquecimento curricular; ensino do uso do soroban – favorece a construção de habilidades matemáticas, por meio da calculadora manual; ensino da habilidade e das funcionalidades da informática acessível – conhecido também por tecnologia assistiva.

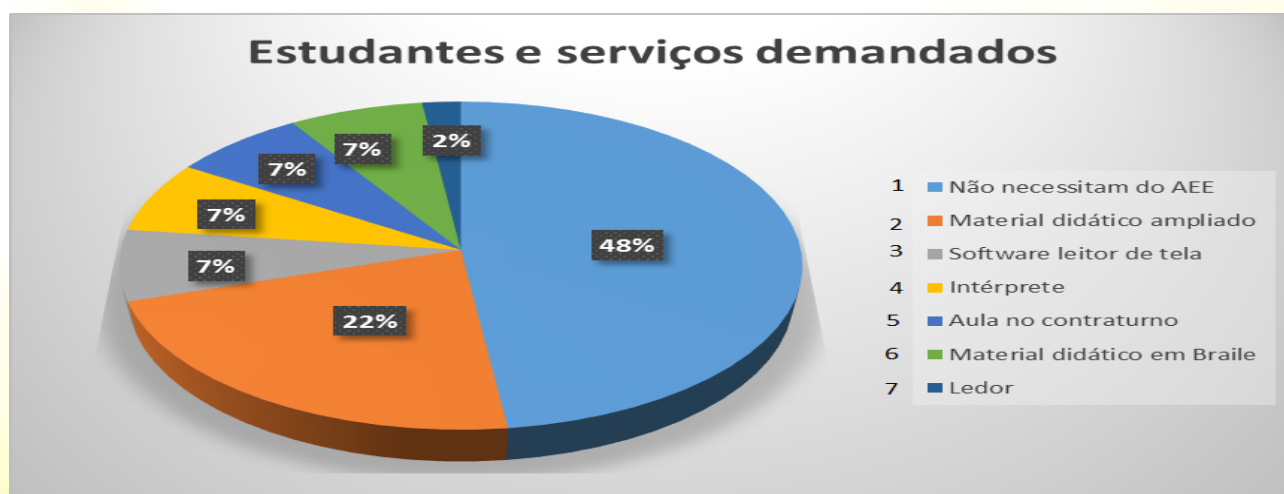
O ESTUDO DE CASO

A pesquisa teve a duração de 20 dias e foi realizada sob a forma de questionário, aplicado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), no acesso pelo site ao ambiente virtual dos estudantes da Faculdade Guararapes (FG), localizada na Região Metropolitana do Recife, em relação ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). A FG, possui, aproximadamente 12 mil estudantes, mas durante o período da coleta dos dados, foram alcançados 5.636 (cinco mil seiscentos e trinta e seis) respostas de estudantes. O que corresponde à aproximadamente 47% do total de alunos matriculados.

A partir da análise dos dados, constatou-se que o maior perfil identificado dos entrevistados está com faixa etária entre **21 a 25 anos** de idade (**48%**), estes com poder aquisitivo entre 1 e 2 salários mínimos (**40%**).

Logo após, investiga-se se o estudante deseja ter algum tipo de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Dos entrevistados, 2.718 (48%) afirmaram não ter interesse pelo AEE. É importante frisar que dos **2.918 estudantes (52%)** nem todos possuem comprovação declarada sobre algum tipo de deficiência, mas demonstraram que gostariam de algum tipo de Atendimento Educacional Especializado.

O gráfico a seguir, irá apresentar o percentual dos estudantes sobre os serviços demandados:





Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa interna realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

A partir do gráfico, podem-se observar as informações em relação aos seguintes serviços:

1. Não necessitam do AEE

Quase metade dos alunos respondentes (48%) afirmam não ter necessidade pelos serviços de atendimento educacional especializado prestados pelo núcleo de acessibilidade NAG.

2. Material Didático Ampliado

O percentual de estudantes que expressaram a necessidade do material didático ampliado foi 22%, ou seja, 1.267 estudantes. Este tipo de atendimento é comum para pessoas que possuem baixa-visão ou outros problemas relacionados à visão. Devem solicitar o AEE ao Núcleo de Acessibilidade que farão as devidas adequações, que são: a utilização de letras maiúsculas com fontes tipo Times New Roman ou Verdana e o tamanho entre 20 a 24 com entrelinhas e espaços, no mínimo 1,5cm e o cuidado em relação às cores da impressão bem como a cor do papel.

3. Software leitor de tela

Os softwares leitores de tela é um recurso da tecnologia assistiva, utilizado por estudantes cegos, com baixa visão ou outros problemas relacionados à visão. Por meio desse programa, é possível receber todas as informações que estiverem na tela do computador por meio do recurso da voz. Também é possível a mudança do conteúdo em informação tátil, com a utilização do display Braille.

4. Intérprete de LIBRAS

De acordo com a pesquisa, é possível observar no gráfico, que 403 estudantes (7%) expressaram que necessitam de intérpretes de LIBRAS. Porém, não está explicitado nos questionários, os graus da deficiência auditiva, ou seja, é preciso que o estudante tenha a comprovação da deficiência ou que já tenham feito algum procedimento cirúrgico ou que utilizem aparelhos auditivos para que os profissionais habilitados da instituição façam uma avaliação inicial a fim de encontrar estratégias para melhorar o desenvolvimento acadêmico do estudante.

O papel do intérprete de LIBRAS é de extrema importância, visto que será por meio dele que a comunicação entre ouvintes e não-ouvintes ocorrerá, sendo um grande mediador no processo de ensino-aprendizagens.



5. Aula no contraturno

A importância da aula no contraturno é conhecer melhor o estudante para encontrar meios que eliminem as barreiras pedagógicas do mesmo dentro da instituição. Essa estratégia é de suma importância para evitar riscos ou danos na vida acadêmica do estudante com deficiência como: evasão, repetência de componentes curriculares ou até a desistência do curso.

6. Material didático em Braille

Constatou-se que 394 estudantes (7%) alegaram que gostariam do material didático em Braille, ou seja, provavelmente, são pessoas com cegueira e baixa visão com um grau profundo. Dessa forma, o Núcleo de Acessibilidade deve utilizar métodos e estratégias que facilitem o processo de aprendizagens, que podem ser: o ensino do sistema Braille, uso de tecnologias de informação e comunicação acessível, áudio-livro, livro digital acessível, materiais táteis, a transcrição de material impresso para o Braille.

7. Ledor

São duas formas de atendimento “ledor”: existe o recurso eletrônico Ledor que é utilizado nas instituições que tem uma tecnologia assistiva mais equipada para tal finalidade e o profissional Ledor, que são profissionais habilitados, para a realização de áudio-descrição e leitura de mundo sendo mediador no processo de ensino-aprendizagens.

A pergunta final questionada foi a respeito do conhecimento dos estudantes sobre o Núcleo de Acessibilidade Guararapes (NAG). Dos entrevistados, apenas 1.777 (32%) conhecem o NAG e os 3.859 (68%) afirmaram não conhecê-lo. Isto implica que a instituição deve investir mais no processo de divulgação e sensibilização dos seus estudantes com deficiência a fim de que não haja futuros problemas envolvendo estudantes que não recorreram ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), mas que num dado momento, havendo uma perda nas barreiras pedagógicas, o NAG não seria pego de surpresa para minimizar ou resolver tais dificuldades.

O questionário aplicado no período buscou também evidenciar possíveis falhas nas barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas da Instituição, porém como fez apenas uso de pergunta fechada, não foi possível se obter informações detalhadas a respeito do fato.

CONCLUSÕES

No trabalho, é discutida a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE), visto como um serviço ofertado pela Faculdade Guararapes (FG) bem como as demais Instituições



de Ensino superior de um modo geral, com o objetivo da inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica. A Faculdade dos Guararapes (FG), pioneira no Nordeste quanto à estes serviços, utiliza os dados de uma pesquisa interna realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) com vistas de identificar possíveis falhas e que estas sejam subsídios para que os departamentos encontrem meios na adequação de seus serviços às demandas efetivas. Lembrando que o serviço é ofertado na instituição, mas ao estudante com deficiência, este terá a liberdade de aceitar o atendimento ou não.

Após a realização da pesquisa, a partir dos dados, é evidenciado o alerta para a quantidade de estudantes que responderam e precisam do AEE, pois dos 5.636 estudantes entrevistados, 2.918 (52%) afirmaram que necessitam de algum tipo do atendimento. Entretanto, o Núcleo de Acessibilidade Guararapes (NAG), atende atualmente 56 estudantes com algum tipo de dificuldade, o que sugere uma maior divulgação por parte da instituição a respeito do NAG, a fim de que os estudantes procurem pelo serviço do AEE, além de uma nova pesquisa, em outro momento, sobre a identificação dos motivos pelos quais os estudantes não procuram o NAG.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade de uma ampliação quanto a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para os estudantes com deficiência, bem como a valorização da importância e da participação de profissionais habilitados para o exercício de Atendimento Educacional Especializado como meio de promover o desenvolvimento e a inclusão de pessoas com deficiência no processo de formação educacional no Ensino Superior, na busca de minimizar as barreiras pedagógicas, uma vez que, estas estão inteiramente ligadas ao processo de ensino-aprendizagens.

Assim, faz-se necessário manter, dentro das Instituições de ensino, uma busca por novos recursos e práticas pedagógicas para que consigam desenvolver o máximo de habilidades, físicas e/ou motoras, bem como as competências intelectuais e sociais, além de ofertar aos profissionais voltados à educação, formações continuadas em atendimento às deficiências.

Entende-se que é necessário somar esforços na busca da garantia de uma educação verdadeiramente inclusiva, visto que é um direito assegurado por um conjunto de leis, dispostas em vários documentos reguladores. Assim, as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades tenham mais oportunidades de estarem realmente inclusas nas Instituições de Ensino Superior, vivenciando com acessibilidade os seus direitos tendo o apoio efetivo do AEE e do NAI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



1. AMARAL, Lígia Assumpção. "Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação." *Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus (1998): 11-30.
2. CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. *Metodologia Científica*. – 6ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
3. BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
4. _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999
5. _____. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. In: Secretaria de Educação Especial/Ministério da Educação. *Inclusão: Revista da Educação Especial*. V.4, n.1. Brasília, MEC/SEESP, 2008.
6. BRIDI, F.R.S. Um breve olhar sobre o início e a história da educação especial. *Revista Litterarius*. V.5, n. 2 (jul/dez. 2006). Santa Maria: Biblos Editora, 2006.
7. CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos "is". Porto Alegre: Mediação, 2004, 175 p.
8. [DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011](#). Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.
9. GIL, Marta. Acessibilidade, inclusão social e desenho universal: tudo a ver. 2006. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/martagil.php>>. Acesso em: 17 de setembro de 2015.
10. KASSAR, M. de C. Política de Especial na perspectiva inclusiva e o atendimento educacional especializado. In: MARTINS, L. de A. R.; PIRES, G. N. da L.; PIRES, J. (Organizadores.). *Inclusão escolar e social: novos contextos, novos aportes*. Editora da UFRN, Natal, 2012, p. 55- 67.
11. [LEI Nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004](#). Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.
12. [LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015](#). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
13. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1999.
14. MAZZOTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil. História e Políticas Públicas. São Paulo; Ed.: Cortez, 1996.
15. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2008
16. Ministério da Educação. RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009. Institui as diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial.
17. OLIVEIRA, S. L. *Tratado de Metodologia Científica*. São Paulo, Pioneira, 1997.
18. PLETSCHE, M. D. Educação Especial e inclusão escolar: uma radiografia do atendimento educacional especializado nas redes de ensino da Baixada Fluminense/RJ. In: *Revista Ciências Humanas e Sociais*, v. 34, p. 31-48, 2012.
19. RICHARDSON, Roberto Jarry. Et al. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
20. RUIZ, João Álvaro. *Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos*. -6. Ed. – 8. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2014.
21. SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Vol. 174. WVA, 1997.
22. SASSAKI, Romeu Kazumi. "Educação inclusiva: barreiras e soluções." *Revista Incluir* (2011): 53.
23. SOUZA, F. F. de. Políticas de educação inclusiva: análise das condições de desenvolvimento dos alunos com deficiência na instituição escolar. 213. 297p. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2013.
24. UNESCO/BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: 1994.